
FORMAÇÃO CÍVICA
E COMUNICAÇÃO SOCIAL

A. Rocha Trindade

FORMAÇÃO CÍVICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL (*)

Ao abordar a relação entre formação cívica dos cidadãos e comunicação social, sou obrigado a posicionar-me a jusante desta última, isto é, do mesmo lado em que se encontra todo o público a quem aquela deve servir. E isto porque, estando relacionado apenas com formas muito específicas de comunicação de massas (as que resultam da sua aplicação a problemas de ensino a distância) não me sinto qualificado para tecer considerações de carácter endógeno, no campo técnico ou normativo, sobre os problemas da comunicação social, para além da «leitura» que um qualquer utilizador fará, com maior ou menor sentido crítico.

No entanto, e desde já, é possível encontrar paralelo (para além do que decorra das suas interferências mútuas) entre comunicação social e formação cívica.

Assim, os termos *social* e *cívica* referem-se ao mesmo conjunto de entes humanos; isto é, caracterizam a própria existência de grupos organizados e interactivos, constituindo sociedades de cidadãos de pleno direito. Por outro lado *formação* implica *comunicação*: a existência e sobrevivência de qualquer sociedade eunómica implica, por um lado, um conhecimento completo e generalizado das relações e normas de conduta (traduzidas por direitos e deveres sociais) só garantidas através de mecanismos de comunicação formal ou informal, individualizada ou generalizada, mas necessariamente rápida e fiel.

Note-se no entanto que a formação cívica deve ser prévia à obtenção da cidadania (isto é, a aquisição da situação de direitos plenos no plano individual, alcançada com a maioria legal) enquanto a comunicação social, salvo em formas algo especializadas que não abordarei aqui, é destinada essencialmente e de facto ao colectivo dos cidadãos.

(*) Comunicação apresentada no Seminário «A Comunicação Social e a Defesa Nacional», realizado no Instituto da Defesa Nacional de 14 a 18 de Novembro de 1983.

Nestes termos podem enunciar-se rapidamente alguns pontos relativos à formação cívica; seguidamente traçarei em paralelo o quadro daquilo que, como destinatário, considero ser (ou dever ser) característico da comunicação social, procurando em seguida entrosar o que, num caso e noutro, exista de afim ou de complementar, ou o que possa ainda ser considerado incompatível ou antagónico.

1. *FORMAÇÃO CÍVICA*

Objectivo

Formar cidadãos com vista a uma boa inserção, esclarecida, activa e participada, em sociedade eunómica.

Para assegurar a realização deste objectivo será necessário essencialmente:

- Garantir a compatibilidade com as normas de conduta interpessoal indispensável à relação humana.
- Adquirir o conhecimento e compreensão da orgânica, das funções individualizadas dessa sociedade e das regras de jogo imperativas (preceitos legais) em vigor, possibilitando assim o actuar e o movimentar-se sem as infringir.
- Desenvolver e praticar o sentido crítico de tais regras, contribuindo para a sua evolução, na sequência das alterações da própria sociedade.
- Possuir um quadro normativo de valores que permita orientar a própria actuação em situações novas, anómalas, além de em todas aquelas que não se encontrem pautadas formal ou informalmente.

A não verificação destes requisitos, em particular quando a sociedade tenha perdido ou esquecido os seus quadros normativos, ou quando não tenha sabido formar os novos cidadãos quanto ao conhecimento e respeito por aqueles, tem como consequência a desarmonização do funcionamento colectivo, por um lado, e a desinserção social, com degradação das relações interpessoais, por outro. Apresentam-se como exemplos sintomáticos desta situação, que parece ocorrer em Portugal, frases que facilmente se imaginam como ditas:

- O que é meu, é meu; o que é teu também é meu.
- Já estou a fazer muito para o que me pagam.

- Os fins justificam os meios.
- Não lhe diga o que eu disse dele.
- Não lhe pago porque não tenho dinheiro — nem vou ter.
- O meu chefe é uma besta.
- O mais importante nestas coisas é não ser apanhado.
- Só posso resolver o seu problema com muito, muito boa vontade.
- Quanto pior, melhor.

Pode finalmente acontecer que, em bloco ou em relação a sectores não despidiendos do grupo humano considerado e por razões de alinhamento ideológico, não se deseje (ou até que se combata) a eunomia social, procurando-se atingir, através de um estado crescente de tensão e de multiplicação dos conflitos, uma situação anárquica conducente à remoção do poder instituído, dos seus órgãos e dos seus quadros normativos, por via revolucionária. Obviamente estaremos neste caso perante um conflito ideológico radical entre um passado/presente e um futuro outro, aparentemente não compatível (pelo menos na opinião de alguns) com uma evolução natural ou deliberadamente reformista da sociedade.

Meios e instrumentos

A formação cívica quase se confunde com o próprio processo de enculturação que leva cada criança até ao estado adulto e, deste, até ao fim da sua vida, integrando normas, gostos, hábitos, capacidades, conhecimentos e experiências, referentes a todos os compartimentos do quotidiano: vida familiar, estudantil, profissional, cultural, social e política; junte-se ainda tudo o que possa ser considerado como herança de gerações anteriores e que, em todo o conjunto alargado rapidamente descrito, se traduz por uma identidade social.

Ao longo de todo este processo de aquisição e de integração de dados determinante daquela identidade, a formação ou educação cívica aparece como a pauta das relações interpessoais e colectivas. Existem espaços e instrumentos privilegiados, em sequência ou concomitantes, capazes de assegurar aquela formação e cujas características e funções passarei rapidamente a descrever.

Educação familiar

Neste espaço (por vezes restrito devido a uma crescente participação das mulheres em actividade profissional exterior à casa, devido ainda à exiguidade crescente da habitação familiar, que impede a coabitação com a geração anterior, reformada e disponível), é assegurada a primeira fase da formação dos futuros cidadãos, através do ensinamento do que é bom e do que é mau, do que se deve e do que se não deve fazer:

- Não se faz isso que é feio.
- Um homem não chora.
- Porta-te bem!
- Quem escreveu na parede do quarto?
- A quem diz mentiras caem-lhe os dentes.
..... etc.,

além do infelicíssimo, mas tradicional «se te portas mal, chamo o polícia»...

Uma boa parte da educação processa-se ainda através da tradição oral: pelas fábulas (A Cigarra e a Formiga ensina a previdência e o trabalho, castigando a leviandade); pelos provérbios e os ditos distinguem-se virtudes de defeitos e, aqui, de forma mnemónica quase indelével. Assim:

- Com «água mole em pedra dura» se ensina a paciência;
- Com «grão a grão» a previdência;
- «Quem o alheio veste» e o «Mais depressa se apanha um mentiroso» ensinam a integridade;
- «Deitar cedo e cedo erguer» educa para uma disciplina de vida.

Educação escolar

Paralela ou seguidamente à educação familiar, o processo de socialização alarga-se às relações com indivíduos de igual estatuto e idade e com outros que, além dos adultos da família, detêm o poder de mandar e de impor, quando do ingresso numa vida escolar, desde o ensino infantil até aos vários graus do ensino escolar e académico.

Neste âmbito, e até por uma questão de sobrevivência organizativa da instituição escola, a criança (e, futuramente, o jovem) convive com grupos numerosos de classe etária idêntica ou vizinha, meio em que é compelido a estabelecer um relacionamento social e onde, através de um processo nem sempre isento de dor, aprende a respeitar os interesses de outrem e a compatibilizar-se com um colectivo. Aprende as diferenças do meio de origem, reconhece desequilíbrios em capacidades, diversidades de hábitos e de personalidades, autodefine-se numa relação recíproca eu \longleftrightarrow outros.

Através da relação, esta assimétrica, que estabelece com os professores e com o restante pessoal adulto da escola, por via do exemplo e da acção disciplinar, adquire capacidades de organização e de método, hábitos de higiene, arranjo pessoal, correcção de linguagem e de atitudes; finalmente, integra conhecimentos que vão das ciências de base a um saber dizer e ao «saber fazer» tanto como, em níveis superiores, até, conhecimentos artísticos, literários, sociais e culturais.

É este um terreno privilegiado, enquanto a criança e o jovem ainda se encontram em fase de modelação da sua personalidade, para assegurar a formação cívica do futuro cidadão. É nele que deverá ser explicada a complexidade da organização social, ser transmitida a estrutura organizativa do Estado e incentivada uma participação futura, activa e esclarecida, na própria construção da sociedade que o insere. Ainda, de maneira indispensável, deve na escola constituir preocupação permanente e generalizada a formação moral e ética do futuro cidadão, sobretudo se nos libertarmos (e refiro-me a nós, adultos responsáveis) dos fantasmas que ainda nos afligem, reconhecendo que a moral e a ética, e em particular a disciplina, a honradez, a verticalidade, a lealdade e a nobreza do trabalho bem feito, são valores permanentes em qualquer sociedade civilizada e não manias de ditador defunto.

Educação e aprendizado profissional

Em situação de inserção no meio profissional ou em preparação para esta inserção em regime de simulação ou estágio, alteram-se uma vez mais os actores sociais em presença: o jovem ou o adulto vê-se confrontado com relações de tipo diferente, em que as funções se encontram articuladas em diversos níveis hierarquizados e em que o trabalho frequentemente resulta da contribuição individual dos vários membros de uma equipa. A relação

do estagiário com a empresa ou organismo é laboral, relação essa formalizada através da atribuição de um salário; o jovem encontra-se ainda perante relações de subordinação hierárquica e de outras, de diferente tipo, entre colegas.

As normas, formais e informais, deste relacionamento com chefes, subordinados e colegas, têm de ser apreendidas e exercitadas: a cortesia, o respeito mútuo, a cooperação, além das qualidades propriamente ditas de trabalho, resumidas em competência e diligência, devem ser consideradas como exigíveis.

Esta asserção é verdadeira, contrariamente ao que alguns possam pensar, independentemente de regimes ou de ideologias políticas; e o existir quem pense contrariamente talvez seja o sintoma de que a formação cívica dos cidadãos não esteja a ter, entre nós, os cuidados que merece.

Mecanismos informais

Não sendo a descrição até agora feita, de natureza exaustiva (não inclui, por exemplo, a formação cívica que ocorra no âmbito da prestação do serviço militar obrigatório: lembremos que, pelo menos, metade da população não terá oportunidade de a receber), apenas enunciarei alguns mecanismos informais ou áreas propiciandas de uma educação cívica num contexto de quotidiano.

Assim, a tendência gregária, característica do género humano, conduz à formação de associações determinadas por comunidade de interesses: de índole recreativa, desportiva, cultural, beneficente, política. Para além dos estatutos que as formalizem, as relações interpessoais são caracterizadas por um «estilo» decorrente de uma ética subjacente.

Acontece porém que tal «ética subjacente» é esquecida ou deliberadamente integrada; assim se encontram situações *contra qualquer tipo de ética* e que, por não constituírem infracção estatutária, não parecem ser dignas sequer de denúncia ou reprovação. É no terreno político — já que a política é afinal o espelho da vida e do *estado* de uma sociedade — que estes pequenos (ou até grandes) atropelos mais frequentemente se tornam visíveis, assistindo-se hoje ao desdizer do que ontem se disse, ao apoiar do que se combateu, ao desbocar publicamente quando se deveria fazê-lo em sede própria, ao fazer e desfazer de amizades, de lealdades ou de compromissos.

Mesmo sem formalização associativa, formam-se grupos e conjuntos de relação, por vezes apenas baseados na circunstancialidade do momento ou no acaso da vizinhança. Será indício dessa enfermidade cívica a nossa tendência para o saborear do escândalo, para o veicular do boato, para o exercitar do mal-dizer? Num engarrafamento de trânsito, num desafio de futebol, à espera de atendimento num «guichet», entre portas de vizinhos ou à mesa de um café, detectaremos muitas ocasiões em que a carência de formação cívica, traduzida quanto mais não seja pela ausência de cortesia, diariamente se manifesta.

E não se pode esquecer, até porque constitui parte integrante do objecto agora tratado, qual o papel que deveriam ter, no exercício dessa formação e no perfazer de tal educação, os meios de comunicação de massas, do livro ao cinema, à rádio, à televisão e à imprensa diária ou periódica: tente avaliar-se a sua acção (embora de maneira algo restrita) no que respeita ao papel que, naquele domínio, poderiam e deveriam desempenhar.

2. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Relembro que abordo este tema com a visão e a mente situadas do lado de quem recebe, imaginando aquilo que, sendo público, entendo poder encontrar como objectivos, características e orientação, por parte daquele sector de actividade e dos meios que a corporizam. Restringirei ainda mais as minhas opiniões aos por vezes chamados *grandes meios* de comunicação, como a rádio, a televisão e os jornais; isto pelo particular impacto que os caracteriza. No caso dos jornais, deixo de lado os que veiculam o escandaloso ou o anormal como única razão da sua existência e ... os jornais partidários (a vizinhança é fortuita). Os primeiros porque se destinam, tal como os filmes pornográficos, a um público restrito, ele próprio caracterizado por alguma anormalidade; os segundos, porque visam o acompanhamento ideológico dos seus próprios correlegionários (e só estes os lêem), não sendo por isso representativos dos jornais destinados ao chamado grande público.

Objectivo

No meu entender, a função da comunicação social — para além das de servir de entretenimento, de simples troca de ideias mais ou menos gra-

tuitas e inócuas com e entre o público (quando suficientemente interactiva) — é a de informar e ajudar a formar opinião.

Ainda, no meu entender, e sujeitando-me a toda a controvérsia possível, existe uma ética de informação (pondo de lado as contribuições voluntárias de não profissionais, cuja selecção cabe na competência e arbítrio do Director) que exige a satisfação de alguns requisitos, tanto para a informação factual, como para o comentário ou artigo de opinião, editorial ou artigo de pesquisa.

Informação factual:

Uma vez que as notícias veiculadoras desta informação se apresentam como verdadeiras, isto é, descrevem univocamente factos realmente ocorridos, elas devem apresentar as características seguintes:

- Verdade.
- Clareza e exactidão: caso contrário podem induzir em erro, conduzindo a uma leitura tão deturpada como numa notícia falsa.
- Globalidade: a notícia deve encerrar todos os elementos de informação necessários à correcta interpretação do facto descrito. Uma violação típica desta regra é a da citação truncada ou retirada do contexto em que a afirmação citada foi proferida, tornando-a incómoda, deslocada ou chocante.
- Relevância: existe um equilíbrio justo quanto à importância relativa a dar a várias notícias possíveis numa mesma ocasião. Lembremos que há notícias que não fazem sentido que apareçam, como o saber-se que fulano comprava gravatas caras...
- Lealdade: é possível tratar deslealmente qualquer pessoa, dando dela uma imagem negativa. Desde o filmar de perto com uma objectiva de foco curto, distorcendo-lhe as feições, como o captar uma expressão menos simpática, como ainda o utilizar a capciosidade da pergunta para provocar o embaraço do entrevistado, tudo isto são técnicas que não dignificam o profissional da informação que as utilize.
- Isenção: toda a notícia, mesmo factual, pode sofrer entorses à sua isenção; aliás, até a própria escolha e número das notícias que se inserem podem ser a sua negação. Ou seja: a selecção tendenciosa de notícias de carácter negativo em relação ao Poder instituído é

digna dos veículos oficiais dos partidos da Oposição, tal como a inversa caracterizaria a dos jornais partidários da Situação.

- Indicação do grau de segurança: um jornal que se respeite deveria procurar reduzir, ao mínimo, as notícias erradas que transmite. Para não me deter sobre a situação ridícula (mas não tão infrequente como isso tudo!) do jornalista ausente que «fabrica» o relato de uma reunião que afinal se não realizou, existem formas correctas de indicar ao leitor que uma dada notícia acabada de receber pode ser errónea ou incompleta. «Le Monde», que nesta matéria usa de excepcionais cuidados, utiliza frequentemente a expressão «Segundo informações que ainda não pudemos confirmar», seguindo-se o uso de todos os verbos no condicional. Na mesma linha, esperemos que um dia os jornalistas portugueses se habituem a tentar confirmar junto dos próprios interessados as notícias que os referem e que muitas vezes são destituídas de fundamento.
- Objectividade: para simplificar, defini-la-ei como contrária à adjecção e à utilização de signos fortemente conotados ou carregados de conteúdo emocional.

Não quer isto dizer que a notícia deva ser totalmente neutra, tanto na essência como na forma ou nas implicações. Seria impossível consegui-lo totalmente, mesmo que o jornalista o desejasse. Mas há abusos: uma leitura sistemática que fiz de todos os jornais diários e semanários publicados em Lisboa e destinada a este fim, permitiu-me (como permitirá a quem quer que se dê a esse trabalho) detectar sérias discrepâncias de significação, por exemplo, entre os títulos e subtítulos utilizados. A contabilização simples dos termos de conotação positiva *versus* negativa aí empregues mostra facilmente as tendências subjacentes; a utilização de técnicas de análise de conteúdo forneceria resultados ainda mais interessantes.

A conclusão que tiro é a de existir uma certa confusão entre notícia e artigo de opinião, misturando uma e outra, camuflando diferenças entre matéria de facto e matéria de opinião.

*Artigo de Opinião ou de Pesquisa,
Comentário, Editorial:*

As regras de jogo são, aqui, manifestamente diferentes das da notícia factual. Por via destas contribuições o órgão de comunicação procura dar

a compreender mais do que o simples conhecimento de um facto isolado: a sua ligação a outros factos e a interpretação global que deles se possa inferir; a tentativa de previsão do que do conjunto poderá advir, quiçá traçando cenários alternativos do futuro. Noutros casos toma posição, declaradamente, em relação a determinado problema, emitindo uma opinião clara que procura justificar. Do factual passa-se ao juízo de valor, talvez severo, talvez polémico; mas assinado, ou sinalizado, o que responsabiliza o seu autor em relação às posições que toma.

Nem por isso devem deixar de verificar-se os requisitos que assinalem para os noticiários propriamente ditos; mas acrescentaria a necessidade de *explicar e situar* completamente as opiniões emitidas; e da *abertura* em relação a opiniões divergentes, aventadas pelo próprio articulista, ou, pelo menos, apontadas como hipótese — daqui decorrendo ainda a possibilidade de outros poderem vir a exprimir-se nessa mesma tribuna.

No que respeita à linguagem utilizada, há um mínimo de regras a respeitar: se é admissível que um jornal faculte o seu espaço a um autor verrinoso e violento, já se concebe mal que *todos* os colaboradores adoptem esse estilo. E isto porque é necessário não esquecer que o jornalista ou redactor está numa posição fortemente assimétrica em relação ao público: para este, ele é instintivamente considerado como alguém que conhece bem o que afirma, como um especialista; quase como um professor — mesmo que o jornalista se tenha limitado a transcrever truncadamente e a interpretar mal uma notícia que lhe veio às mãos, sobre assunto de que ignore quase tudo (esta última situação não é infrequente, devido à raridade em Portugal de jornalismo especializado).

O público acredita no que lê, ouve ou vê nos órgãos de comunicação de massas: não é raro que se oiça, como fecho de uma discussão, o último argumento «Mas olhe que foi dito na televisão».

Na realidade, os órgãos de comunicação social comunicam *unilateralmente* na maioria dos casos. E aí de quem se atreva a discordar: à réplica do interessado segue-se quase inevitavelmente uma violenta tréplica da redacção demonstrando, quanto mais não seja, um total desrespeito pelo direito de discordar ...

Ora, em que medida os meios de comunicação desempenham efectivamente o papel pedagógico que o público inconscientemente lhes atribui? Em que medida é que se aprende pelo jornal, ouvindo a rádio, vendo televisão?

Não se aprende certamente a redigir e a falar com correcção. No tocante aos jornais, se exceptuarmos alguns nacos de boa prosa em artigos especializados — que o público sem interesse no tema não lê em geral — verifica-se que a qualidade de redacção das notícias está abaixo do admissível. Por curiosidade e para ilustrar o ponto que mencionei, transcrevo uma notícia lida num jornal vendido em Lisboa:

«A possibilidade de caírem hoje intensos aguaceiros continua a existir. A situação mantém-se propícia aos aguaceiros intensos e as abertas que se registaram durante a manhã não devem criar falsas esperanças. No entanto, não se sabe onde poderão ocorrer os aguaceiros, pois a localização destes fenómenos é muito difícil. O facto de a maior intensidade de chuva se ter verificado na região de Lisboa não dá qualquer pista para a previsão do local onde se abaterão os aguaceiros previstos para hoje.»

No respeitante à Televisão, desde a pronúncia incorrecta de muitos vocábulos estrangeiros de uso relativamente corrente, ao assassinato diário do Português, que deveria ser exemplar na boca dos locutores, de tudo se encontra.

Poder-se-á contudo ainda perguntar: servirão os órgãos de comunicação para conhecermos melhor o mundo em que vivemos? Tenho dúvidas.

Fala-se da visita de um ministro do Benin: não se indica onde fica, quais as afinidades culturais com a Guiné, o que existe em Portugal de riqueza em Arte de Benin; nem um mapa, nem um esclarecimento; nada. Para dar a notícia de tal modo, não valia a pena.

Senhora vem a Portugal: que interessa Senhora a Portugal? Não se diz.

Há guerra no Líbano, combates em Tripoli; retirada de israelitas abaixo de certo rio; digladiam-se chiitas e cristãos. Não se representam num mapa os pormenores geográficos, não se diz quem são os Xiitas, os drusos ou os sunitas. São apenas nomes atirados ao acaso, como poeira para os olhos do público, não mais ilustrado nem mais esclarecido depois de ler o Jornal.

Se abordarmos a política nacional, falemos de três problemas: Vizela, que quer ser município e não é; a opção nuclear; a questão das pescas com a Espanha.

No primeiro caso: que razões tem Vizela para querer ser município e Guimarães para com isso não concordar? Trata-se de inimizade entre

terras, de luta de prestígio entre personalidades ou de afrontamento partidário mal escondido? Como se compara Vizela em termos de área, população, rendimento bruto e infra-estruturas com algumas terras que são municípios e com outras que o não são? O mistério subsiste aos olhos do leitor ...

Quanto à opção nuclear, poderia ter alguma utilidade colher, além das opiniões de políticos e de intelectuais, as dos técnicos e especialistas; citar os países que têm desenvolvido programas de instalação de centrais nucleares nos seus territórios; e, sobretudo, não misturar, de maneira desonesta ou apenas por ignorância, energia nuclear com bombas atómicas ou com mísseis estratégicos ...

Quanto ao problema das pescas, não seria altura de o público ser informado das exactas razões do desacordo, nomeadamente no que respeita ao problema do reconhecimento (ou não) dos direitos «históricos» dos espanhóis a pescarem nas nossas águas, direito que passaria a ser integrado quando da adesão dos dois países à CEE?

Se passarmos destas questões, mais curialmente do foro da imprensa escrita, ao domínio específico da televisão, encontramos um estilo algo peculiar no caso português. E referir-me-ei apenas ao sector informativo, deixando em claro o que se passa nos outros sectores da programação.

Consideremos em primeiro lugar o telejornal, que se articula, na generalidade, em: notícias do País e do estrangeiro; os desportos; e o tempo que vai fazer.

Quanto às notícias do País, notar-se-á que revestem duas características apenas:

- notícias de instituições;
- notícias de «encontros com mesa».

Das notícias de instituições, ouvimos o que se passa com os membros do Governo, fala-se das suas deslocações, das suas opiniões; do que se passa com a Assembleia da República, com o PR, os chefes ou subchefes dos partidos; com os sindicatos e associações patronais.

Aquilo que designei por reportagens dos «encontros com mesa» abarca o congresso, o colóquio, o encontro, o curso, a jornada, o seminário, a conferência, o debate. Cenário: uma sala com uma mesa de honra, com os dizeres atrás, identificando o acontecimento. Técnica de reportagem: vista geral da mesa, com o ruído de fundo e o locutor da televisão em *off*;

vista geral da sala, com grande plano das personalidades que o «cameraman» conhece de vista (quando não conhece, detem-se sobre um cavalheiro com ar inteligente ou sobre uma cara bonita de mulher); volta-se depois a focar a mesa, detendo-se a câmara agora sobre a pessoa que o «cameraman» conhece e com quem combinou a reportagem; fecha com 15 segundos de palavras dessa pessoa, gravadas após a sessão e ... na sala do lado.

Diga-se: só se fazem reportagens do exterior com hora marcada.

Temas de interesse humano, entrevistas a pessoas que não sejam «importantes»: nada.

Referindo-me agora aos noticiários das regiões, a situação é pior ainda: vemos imagens bonitas, ouvem-se palavras que apresentam uma terra ou uma paisagem. Depois, ficamos à espera de ver as pessoas que vão protestar porque a ponte é estreita, porque a estrada tem buracos, porque o palácio está em ruínas, porque a terra não tem o pavilhão gimnodesportivo ou o centro médico de que precisa. Alguém se encarregará de concluir que «O Estado devia fazer ... devia dar dinheiro ..., este estado de coisas tem de acabar ... etc. etc.»

Assim os noticiários das regiões tornam-se, cada vez mais, no espelho da choradeira nacional e na apologia do Estado-providência ...

Há tempos (já há mais de um ano) lembro-me de ver uma reportagem sobre o Norte em pleno inverno. A neve nas árvores e nos telhados, a geada no chão. Um círculo de pessoas lamenta o rigor da invernia. Em dado momento, o autor da reportagem foca uma mulher que chora e grita, em jeito de carpir o passamento de um ente querido: as culturas perdidas, o solo gelado, o prejuízo, o Estado que não dá subsídio. Quase me comovi ... até ver, em segundo plano, duas caras que se sorriam abertamente (todos os anos, em Trás-os-Montes, há neve e gelo no inverno; o telespectador estava a ser manipulado ...).

A televisão, como os jornais, têm muito que aprender com a Rádio. Esta soube criar um espaço de dinamismo, de bom humor, de actividade constante e esforçada. Através do telefone, o público interage com os programas; por via dos carros móveis, criam-se espaços de convivência espontânea e franca. Ao estilo pomposo e «institucional» da televisão opõe-se a linguagem aberta, simpática (nem sempre correcta, é certo — mas não se pode ter tudo ...) da rádio; apercebemo-nos que muitos programas são, neste meio, feitos «sobre o joelho», improvisados, seguindo o sabor do imprevisto; o que lhes confere, sem dúvida, uma dinâmica incomparável.

E afinal, leva-nos a poder concluir algo que considero muito significativo: quem veja os noticiários na televisão ou quem leia os nossos jornais, só pode concluir que os portugueses são um povo traumatizado, pessimista, supercrítico, resignado, perdido... Porém, ouvindo a rádio, tem-se uma imagem diferente, mesmo muito diferente.

Qual dos dois reflexos espelha a nossa verdadeira imagem? Penso que podemos decidir: enquanto em Portugal existe uma boa e longa tradição de rádio, com bons profissionais que continuam ao serviço, ou com mais jovens que são formados numa sólida «escola» de experiência aplicada e enquadrada, sendo os menos bons expurgados por via do desagrado do público auditor, que efectivamente *interage* com o meio radiofónico — quer o jornal, quer a televisão, não são meios suficientemente *abertos*: pelo contrário, fecham-se sobre si mesmos, ignoram olímpicamente os desejos e os gostos do público; cercando-se de pompa e de circunstância, visando os públicos intelectualizados ou politizados a quem abrem, selectivamente, as suas portas, afastam-se afinal do verdadeiro sentir de um povo que não é triste, que não é pessimista, que não é masoquista.

Se considerarmos que os meios de comunicação social devem ter em conta a generalidade dos cidadãos, o seu sentir e os seus anseios; se considerarmos que devem contribuir para a sua formação cívica, ou compatibilizar-se com ela; verificamos que estamos, na generalidade, a enveredar por maus caminhos.

É demagógico assumir, por empréstimo, a «indignação» do público, ao ver aparecer um corpo nu na televisão, em hora de grande audiência; isto quando ninguém se preocupa em evitar às nossas crianças as imagens sangrentas de corpos destroçados pela guerra, à hora do telejornal. É errado — e perigoso — que os jornais sejam espelho manipulador de negativismo, de pessimismo, de intriga, de maledicência política, como se no nosso dia-a-dia nada pudesse acontecer de positivo. É falso considerar que o público em geral se confunde com uma classe política ou intelectual, cujas questiúnculas o deixam frio ...

Conclusão

1. A formação cívica é um processo de características permanentes, em que tão importante como educar, informando e esclarecendo, abrindo

horizontes de debate e de opção, é *não deseducar*, não desenraizar os Portugueses da sua Pátria, não os desencorajar do seu futuro.

2. Neste processo de formação das novas gerações, em que as mais velhas têm de participar plenamente, sem rupturas nem alienações, é necessário incrementar a análise dos problemas portugueses, proporcionando a criação ou o desenvolvimento de espaços e oportunidades de diálogo, de estudo, de debate e de decisão democrática.

3. Em cada profissão, como no restante da vida quotidiana, há lugar para uma reflexão sobre as nossas atitudes, acções, relações e iniciativa, procurando vocacioná-las para a construção de uma sociedade e não para a sua destruição.

4. No que respeita aos órgãos de comunicação social, deve-se considerá-los em primeiro lugar como meios de desempenho de um serviço público, em que o *público*, no seu sentido mais alargado, seja realmente *servido* por esses órgãos.

5. Para tal, é necessário melhorar a qualidade da produção, em particular no tocante ao respeito por uma ética de comunicação social, por vezes manifestamente ausente.

6. Ainda, é indispensável o alargamento do leque de motivações e de focagem dos temas abordados, de modo a despertar, não só o interesse de um público mais alargado, como incentivando-o para uma participação mais activa nos problemas do País.

7. O «diálogo» entre o público e os órgãos de comunicação tem que se tornar possível nos casos (frequentes) em que o não é.

Em síntese: Tentemos, cada um, contribuir para a construção de um Portugal melhor, para os jovens que o vão herdar.

Novembro de 1983.

A. Rocha Trindade